

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2023 a 30/09/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/4

164.2023	Sessão Ordinária - CD	04/09/2023-19:40
Publ.: DCD - 05/09/2023 -	Darci de Matos-PSD -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado discorreu sobre as três reformas que considera fundamentais para o futuro do Brasil. Em primeiro lugar, destacou a importância da reforma da Previdência, que estabilizou o déficit previdenciário e garantiu aposentadorias e pensões para os brasileiros. Em seguida, enfatizou a necessidade da reforma tributária, recentemente aprovada pela Casa, como um passo crucial para simplificar e tornar mais justo o sistema tributário brasileiro. Salientou a importância de evitar sobrecarregar o setor de serviços e de garantir transparência na tributação. Por fim, abordou a reforma administrativa, que considera essencial para modernizar o serviço público brasileiro. Destacou a inclusão da meritocracia e da avaliação de desempenho dos servidores como medidas positivas para tornar o serviço público mais eficiente. Ressaltou a importância de manter a estabilidade para os servidores de carreira típica de Estado e o princípio da subsidiariedade. Concluiu afirmando que, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, a reforma administrativa será debatida e votada após a reforma tributária, com o objetivo de fortalecer o futuro do Brasil.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. é muito gentil.

Eu quero saudá-los, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da *TV Câmara*, e utilizar esse tempo do PSD e do bloco, com a permissão do meu Líder, meu grande Líder Antonio Brito, para falar, Sr. Presidente, das três reformas fundamentais para que nós possamos pensar, e não só pensar, mas também agir no sentido de construir um futuro melhor para o Brasil.

Primeiro, Sr. Presidente, são três as reformas estruturantes. A reforma da Previdência, que nós já fizemos e aprovamos nesta Casa há 2 anos, providencial e fundamental porque estancou um déficit de quase 1 trilhão de reais e que garante o pagamento das pensões, sobretudo, das aposentadorias

para aqueles que têm menos em nosso País. A segunda reforma, Sr. Presidente, trata-se da reforma tributária, necessária e fundamental porque o nosso sistema tributário é antigo, arcaico, atrasado, ineficiente. Nós não estamos conseguindo fazer com que o Brasil possa ser um país competitivo. E nós não estamos conseguindo tributar, Sr. Presidente, a nova economia: Airbnb, Google, Netflix, telemedicina e outras atividades e outros setores.

Sr. Presidente, a reforma tributária que foi aprovada há poucos dias nesta Casa, que definiu os limites, o arcabouço geral, é necessária e fundamental porque nós precisamos legar para o País, para a população, mas principalmente para o setor produtivo, um sistema tributário que seja justo. Hoje nós estamos tributando 29% sobre o consumo e 22% sobre a renda, exatamente ao contrário do que fazem os Estados Unidos e os demais países desenvolvidos. Nós temos que legar para o povo brasileiro, e esta Casa está fazendo isso, um arcabouço tributário que seja transparente para que nós possamos saber para onde é que estão indo os nossos impostos, quanto custam os produtos que nós estamos consumindo. E nós precisamos legar para o Brasil um sistema tributário, Sr. Presidente, mais simplificado, mais simples. Hoje, o setor produtivo gasta muito para poder simplesmente promover o recolhimento. Enquanto países gastam 200 horas, nós gastamos quase 2 mil horas. Isso é Custo Brasil. Isso tira a condição de o Brasil competir no mundo globalizado.

Sr. Presidente, como todos sabem, nós aprovamos os limites. Ou seja, os itens que tratam da alíquota do fundo federativo, da transição do IVA e outros itens serão debatidos e aprovados nesta Casa através dos projetos de lei complementar.

Nós temos que ficar atentos, porque o que interessa exatamente para o povo brasileiro é o conteúdo desses projetos de lei complementar. Por exemplo, quais são os produtos que serão isentos da cesta básica? Nós temos que ficar atentos ao setor de serviços, porque a indústria credita e o setor de serviços não credita. Nós não podemos onerar o setor de serviços, que cresceu positivamente no nosso País nas últimas décadas e é o setor que mais emprega.

Sr. Presidente, nós temos que ter cuidado e atenção para que não venhamos a onerar o setor produtivo do nosso País.

Nesse momento não vamos mexer nas alíquotas. Nós só poderemos baixar as alíquotas no momento em que nós tocamos a reforma administrativa, que é a terceira reforma estruturante e fundamental para o Brasil. Daí sim, com essa reforma, nós vamos promover uma economia de aproximadamente 300 bilhões de reais, nós vamos enxugar o poder público, promovendo economia, e vamos poder mexer nas alíquotas do nosso País.

Sr. Presidente, eu quero também poder afirmar desta tribuna, com muita convicção, que a reforma administrativa que tramita nesta Casa, que passou pela CCJ, da qual eu tive a honra de ser o Relator, que foi para a Comissão Especial e que teve na sua relatoria o competente Deputado Arthur Oliveira

Maia, está pronta para ser votada no plenário desta Casa.

Sr. Presidente, a reforma administrativa não tira nenhuma vírgula dos direitos adquiridos dos servidores públicos atuais do Brasil. Quem falar o contrário estará mentindo, estará espalhando *fake news*. Ela cria um novo modelo de serviço público para o futuro, até porque os direitos são direitos adquiridos. A lei não permite que se mexa, e não é a intenção desta Casa fazê-lo.

O Poder Legislativo é concedente, ele não é excludente. Portanto, os servidores do Brasil, os 12,5 milhões de servidores do Brasil, com a aprovação da reforma administrativa, não terão nenhuma alteração nos seus direitos adquiridos.

O novo modelo é fundamental, porque o serviço público hoje no Brasil — e me dói dizer isso — é um serviço público atrasado, oneroso, arcaico, que cobra muito, Deputado Gilson Marques, e oferece pouco para a população.

Portanto, com a reforma administrativa, nós poderemos — e vamos — modernizar o serviço público. Nós temos que investir em novas tecnologias no serviço público. Nós precisamos dar eficiência ao serviço público.

Na reforma administrativa que está pronta para votarmos no plenário, o Relator Arthur Maia incluiu a meritocracia que a China utiliza há 600 anos. Vejam como o Brasil está atrasado! O Relator Arthur Maia incluiu a avaliação de desempenho dos servidores públicos.

Hoje, o servidor assume e logo ascende ao topo da carreira, sem haver avaliação de desempenho. Isso é um absurdo!

Nós temos também, Sr. Presidente, que manter o princípio da subsidiariedade na reforma administrativa, porque é esse princípio que vai fortalecer as parcerias público-privadas, que é o poder público em parceria com a iniciativa privada, como é o caso, por exemplo, dos hospitais filantrópicos, que já funcionam muito bem em nosso Brasil.

Nós temos que manter, Sr. Presidente, conforme foi mantida no texto do Relator, a estabilidade para os demais cargos. É claro que foi criado um modelo de contratação por 8 anos. A estabilidade é fundamental para todos os servidores, principalmente para os servidores de carreira típica de Estado, aqueles que têm poder de polícia. Esse ponto não pode ser mexido. Os servidores de carreira típica de Estado têm que ser valorizados, têm que ser fortalecidos, e esta Casa haverá de consagrar o direito desses servidores.

Portanto, Sr. Presidente, sob a liderança do nosso grande Presidente Arthur Lira — e, com certeza, S.Exa. já falou disso na imprensa —, após a reforma tributária, nós vamos nos debruçar em cima da terceira reforma, fundamental para o Brasil, para o futuro do Brasil, que é a aprovação da reforma administrativa.

164.2023	Sessão Ordinária - CD	04/09/2023-22:44
Publ.: DCD - 05/09/2023 -	Reinhold Stephanes-PSD -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil, destacando que trará mais estabilidade e segurança para os policiais. Criticou o que considera excessos do politicamente correto e apontou a esquerda como intolerante. Defendeu a PEC 32, referente à reforma administrativa, ressaltando sua importância para modernizar o setor público e gerar economia. Lembrou que reformas anteriores, como a trabalhista e a previdenciária, foram cruciais para o Brasil e enfatizou a necessidade de aprovar as reformas tributária e administrativa. O parlamentar concluiu criticando a oposição da esquerda a ambas as propostas.

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto, também delegado da Polícia Civil, primeiro, quero parabenizá-lo por conduzir esta sessão de hoje, quando a Polícia Civil teve a sua lei orgânica aprovada, o que vai gerar mais estabilidade e segurança para a atuação dos policiais de todo o Brasil.

Temos que ser tolerantes com os intolerantes, mas eu não consigo mais. A Esquerda passa do ponto. O politicamente correto é um desastre. A primeira vítima do politicamente correto é a verdade. Temos que falar com meias palavras porque qualquer coisa ofende esses ignorantes da Esquerda.

Vimos como a PEC 32, a PEC da reforma administrativa, foi tão atacada aqui hoje. Eu fui membro da Comissão que aprovou a PEC 32, na legislatura passada. A proposta está pronta para vir ao plenário. Ela moderniza e agiliza o setor público, garante melhor atendimento da população e também faz com que o Brasil economize.

Temos hoje a PEC 32, da reforma administrativa, que o Presidente Lira colocará em votação na Casa. A reforma administrativa é muito importante para o Brasil. O Temer fez a reforma trabalhista, o Bolsonaro fez a reforma previdenciária. Essas duas reformas foram muito importantes para o País. Agora nós temos a reforma tributária e a reforma administrativa para fazer. É fundamental para o País aprová-las.

Vemos hoje o País melhorando no sentido de querer a reforma tributária e a reforma administrativa, muito importantes para o País, e os Deputados da

Esquerda atacam as duas.

Obrigado, Presidente.

Documento 3/4

166.2023	Sessão Ordinária - CD	05/09/2023-17:12
Publ.: DCD - 06/09/2023 -	Átila Lins-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou sua participação em solenidade no Palácio do Planalto para comemorar o Dia da Amazônia, onde o Presidente Lula anunciou ações para a região e para o Estado do Amazonas, que comemora sua emancipação política. Em seguida, expressou preocupação com a situação financeira dos municípios brasileiros, especialmente do Norte e Nordeste, devido a uma queda significativa na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Defendeu a votação de proposta de emenda à Constituição que cria um adicional de 1,5% no repasse dos recursos FPM para os estados e municípios. Deputado apresentou uma proposta de indicação ao Ministério da Educação para criar a Universidade Federal do Alto Solimões no Amazonas, uma região que carece de instituições de ensino superior. Encerrou o discurso elogiando o Presidente da Câmara, Arthur Lira, por seu empenho nas votações de projetos importantes para o País.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de falar sobre o tema que me trouxe à tribuna nesta tarde, eu quero registrar que acabo de vir do Palácio do Planalto, onde nós participamos e prestigiamos a solenidade do Dia da Amazônia, um evento marcante, que contou com a presença do Presidente Lula, dos Ministros ligados à área, como a Ministra Marina e o Ministro Paulo Teixeira. Foi uma solenidade em que o Governo Federal anunciou uma série de medidas para o Amazonas e para a Amazônia como um todo, aproveitando o Dia da Amazônia. Sr. Presidente, por coincidência, hoje, 5 de setembro, o Dia da Amazônia, comemora-se a emancipação política do Amazonas.

Hoje, trago a minha preocupação para com a situação dos Municípios brasileiros, especialmente do Amazonas. Há uma queda de arrecadação violenta, vertiginosa. Os Prefeitos, de modo geral, do Brasil inteiro, principalmente do Norte e do Nordeste, estão esperando uma providência do Governo Federal. Eu sei — quero até fazer um elogio — que já houve uma reunião no Palácio do Planalto a fim de se criar uma espécie de comando de crise, com a presença do Ministro da Casa Civil, do Ministro das Relações Institucionais, do Ministro da Fazenda, de Líderes do Governo no Congresso

Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para buscar alternativas para melhorar a arrecadação dos Municípios.

Um dos itens que está sendo defendido pelos Prefeitos é exatamente a PEC que cria um adicional de 1,5% no repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios aos Municípios brasileiros. Essa é uma ideia que poderia ser fortalecida. O Presidente Arthur Lira é muito simpático a essa tese. Na minha avaliação, a única forma de minorar, diminuir o sofrimento dos Municípios brasileiros é votarmos a PEC que institui o adicional de 1,5% no repasse do FPM para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente, todos sabem que a diminuição da arrecadação se deve a várias providências tomadas. O Governo anterior diminuiu o IPI sobre o combustível. No Governo atual, nós tratamos de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda. Tudo isso diminuiu esse bolo, e, na distribuição para a União, Estados e Municípios, houve a redução do que é repassado pelo FPM, o que está causando muitos transtornos para os Municípios.

Portanto, eu quero manifestar minha preocupação, esperando que o Governo Federal, por meio do Presidente Lula, adote essa medida em comum acordo com o nosso Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de fazer com que essa PEC seja apreciada por esta Casa.

Presidente, queria saber de quantos minutos é o tempo de Liderança do nosso bloco.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSD - SP) - Deputado Átila Lins, realmente houve um pequeno equívoco da nossa Assessoria, talvez por culpa deste Presidente eventual aqui. O tempo de V.Exa. é de 9 minutos, mas foram dados a V.Exa. 4 minutos, então V.Exa. ainda tem 5 minutos. Porém, nós estamos recebendo aqui o nosso Presidente efetivo da Casa.

(O Sr. Gilberto Nascimento, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) - Acabei de pedir o apoio do Presidente para a PEC que vai aumentar os repasses do Fundo de Participação dos Estados e, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios.

Eu continuarei meu pronunciamento, então, Presidente, pelos 5 minutos que me cabem?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. está usando o tempo de Liderança?

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Quanto tempo foi dado

a V.Exa. pela Liderança?

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) - Foram dados 9 minutos, e falei 4 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Então, tem a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM) - Obrigado, Presidente.

Como V.Exa. chegou, vou reiterar o apelo a V.Exa., como Presidente da Casa. Eu sei que V.Exa. é simpático à ideia de fazer com que a PEC que institui adicional de 1,5% no repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios seja apreciada por esta Casa. E, é claro, isso vai permitir que os Municípios brasileiros, especialmente os Municípios do meu Estado, o Amazonas, saiam do sufoco e possam cumprir as suas atividades nas políticas públicas que eles querem continuar adotando.

Outro destaque da minha fala, Sr. Presidente, é o encontro que aconteceu na semana passada lá na Confederação Nacional da Indústria, onde o grupo industrial Ação Pró-Amazônia fez uma reunião sob o comando do Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, o empresário Antonio Silva. Lá nós conseguimos debater várias propostas da indústria para o Ação Pró-Amazônia. Vários itens importantes com certeza serão prioritários e serão debatidos por esta Casa com o aval dos industriais desse grupo.

Por fim, eu quero registrar, exaltar e apresentar aqui uma proposta de indicação sugerindo ao Ministério da Educação que seja viabilizada a criação no meu Estado da Universidade Federal do Alto Solimões, que vai atender uma região na tríplice fronteira com a Colômbia e o Peru que tem nove Municípios e que precisa realmente de mais uma faculdade. O Amazonas me parece ser um dos poucos Estados do Brasil que só tem uma universidade federal, a UFAM — Universidade Federal do Amazonas. Então, eu estou apresentando aqui esta indicação, que espero que seja aprovada nesta Casa pela Comissão correspondente, para que o MEC possa examinar a possibilidade de criar mais uma universidade no Estado do Amazonas, que seria no Alto Solimões, para atender toda aquela região do Alto Solimões, que, como eu disse, forma aquela tríplice fronteira. É uma região complexa, que realmente precisa que haja um pouco de descentralização. É muito distante de Manaus, a Capital do Amazonas, onde está sediada a Universidade Federal do Amazonas — UFAM.

Nós estamos embasando essa indicação com todas as informações necessárias para que ela possa surtir o efeito desejado e aquela população de nove Municípios — Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa, Município que é minha terra natal — possa se beneficiar dessa universidade, que seria instalada no Alto Solimões, com sede no Município de Benjamin

Constant.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero destacar o esforço que V.Exa., no comando desta Casa, vem fazendo para tornar realidade tantos anseios do povo brasileiro. Na pauta de hoje já se percebe uma série de projetos importantes para o País, sem falar no projeto da reforma tributária, no projeto do arcabouço fiscal, todos eles projetos importantíssimos para o nosso País, cujas votações V.Exa. comandou com muita competência e empenho na Presidência da Câmara dos Deputados.

Por fim, quero agradecer a V.Exa. por esse trabalho e pela concessão desta fala aqui na tribuna da Câmara.

Muito obrigado.

Documento 4/4

172.2023	Sessão Ordinária - CD	13/09/2023-14:16
Publ.: DCD - 14/09/2023	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O orador enfatizou a importância de uma reforma administrativa como um passo essencial para enfrentar os problemas econômicos no Brasil. Ressaltou que o alto custo da máquina pública é a raiz dos desafios financeiros do País e que essa questão precisa ser abordada antes de outras reformas. Argumentou que a falta de flexibilidade nos gastos públicos torna a economia vulnerável e inibe o investimento, criando incertezas para os empresários. Expressou preocupação com a possibilidade de uma reforma tributária que aumente a carga fiscal, tornando-se impopular e prejudicial ao consumo e à produção. Defendeu a liberalização da economia como uma abordagem mais eficaz para aumentar a arrecadação e instou o governo a considerar uma reforma administrativa para conter os custos e tornar a entrega de serviços mais eficiente. O orador questionou se o Estado brasileiro está realmente medindo a eficiência na prestação de serviços e enfatizou a necessidade de medidas nesse sentido.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Hoje de manhã nós estivemos no café da manhã promovido pela Frente Parlamentar do Livre Mercado, ocasião em que demos o apoio a toda tentativa

de fazer uma reforma administrativa. Essa reforma é extremamente importante, porque é daí que vem o grande problema. Nós nos debatemos aqui em tentar resolver as consequências de não fazer uma reforma administrativa, que deveria preceder todas as outras reformas. Nós estamos falando de reforma tributária e de todos os tipos de reformas com relação a juros, interferência em preços, controle disso e controle daquilo, mas não falamos do que gera esses problemas.

O que gera o problema é não ter um Estado em que os custos sejam flexíveis e baseados na arrecadação. E o que está acontecendo? A arrecadação está caindo, e, proporcionalmente, o que nós arrecadamos não consegue suplantar aquilo que gastamos, o rombo aumenta, e isso gera todo tipo de impacto econômico, impacto monetário, impacto fiscal. Nós temos uma previsibilidade do Brasil que está completamente comprometida. Ninguém investe no momento de agora, todo mundo investe olhando para frente. Se, olhando para frente, o rombo vai estar maior ainda, todo mundo para de investir. Então, esta é a lógica de todo investidor.

Agora, o que nós estamos fazendo aqui? Nós não estamos debatendo o problema. O problema é que nós temos um custo enorme! Nós temos que reformar e temos que ter flexibilidade para poder atuar nesse custo. Aí, sim, podemos até fazer uma reforma tributária. É isso que eu acho que está gerando um problema para o Governo agora.

Eu acho até que é do interesse do Governo fazer uma reforma administrativa, porque ele está vendo que, com a arrecadação caindo e com o potencial de fazer uma reforma tributária com muito mais arrecadação e com muito mais alíquota subindo, isso vai se tornar extremamente impopular, vai criar uma implosão de consumo e de produção. Isso é certo!

Então, eles têm que fazer uma reforma administrativa. O próprio Governo tem que fazer essa reforma administrativa. A narrativa do Governo é sempre de gastar mais, gastar mais, gastar mais; contratar mais, contratar mais, contratar mais; melhorar ainda mais o pagamento dos funcionários públicos, e a economia, como é que vai? Em vez de deixar a economia fluir, estão interferindo, controlando o preço e fazendo toda sorte de blindagem da livre iniciativa. Eles têm que fazer o contrário. Nós temos que liberalizar a economia para que até o próprio Governo tenha o benefício disso e entenda essa dinâmica.

Concluindo, Presidente, nós temos aqui que, talvez, doutriná-los no que seria uma alternativa ao que está sendo debatido pelo Governo e Ministério da Economia. Não é o caminho certo querer restringir a economia e, ao mesmo tempo, aumentar arrecadação. Isso não funciona. Se quiser aumentar a arrecadação, tem que liberalizar a economia.

E, como não vai dar tempo — certamente não vai dar tempo para a economia reagir ao compasso do aumento de gastos que eles querem —, temos que ter

uma reforma administrativa, sim, para conter custos e para que esses custos sejam comensuráveis à entrega de serviços com todos os benefícios que a população brasileira tem por mérito. A população paga muitos tributos, comparada a outros países e a outros povos, e eu não vejo nenhuma medida de benefício, de fato, de eficiência.

Nós estamos tendo eficiência na entrega desses serviços? Quem está medindo isso? Eu não vejo o próprio Governo medindo isso, o próprio Estado não faz a medida. Então, nós temos que ter uma reforma administrativa até para impor medidas de eficiência, que não existem no Estado brasileiro.

Colegas e Presidente, muito obrigado.
